

Brasília — Lutz Antonio



No almoço com Ulysses e Cabral (E), Arinos voltou a defender o sistema parlamentarista

Ulysses quer agrupar emendas para negociar

BRASILIA — Para examinar formas de abreviar a conclusão dos trabalhos da Constituinte, o presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, se reunirá com o relator Bernardo Cabral no final da próxima semana, quando Cabral já deverá ter pronto seu parecer sobre as emendas apresentadas ao projeto de Constituição. A ideia é separar todas as propostas com possibilidades de serem negociadas entre os diversos grupos ideológicos.

Ulysses afirmou ontem que o acordo "é indispensável para chegarmos ao plenário com uma parte das emendas já acertadas", e lembrou que na fase da Comissão de Sistematização, "os acordos foram a regra e isso funcionou bem". Mas, apesar do esforço de Ulysses, o deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), um dos relatores-adjuntos de Cabral, já adiantou que haverá dificuldades em algumas questões que pareciam fruto de negociação. A reforma agrária é uma delas. Se na Sistematização foi possível obter um texto negociado, agora as emendas apresentadas mostram que "os radicais de ambos os lados querem modificar o que estava acertado" — informou Adolfo.

No dia 27, quando começará a votação das emendas pelo plenário, Ulysses Guimarães fará nova reunião, desta vez com os líderes partidários para organizar a forma de orientação às bancadas. Será preciso definir o número de *destaques* (dispositivos a serem votados em separado) que serão concedidos e os temas mais importantes. "Tudo o que for possível será cortado para ganharmos tempo", disse o relator-adjunto, que participou de um almoço na casa de Ulysses, onde estavam também os senadores Afonso Arinos (PFL-RJ), José Fogaça (PMDB-RR), Virgílio Távora (PDS-CE), Wilson Martins (PMDB-MS), Mauro Benevides (PMDB-CE), e os deputados Bernardo Cabral (PMDB-AM), Jorge Arbage (PDS-PA), Konder Reis (PDS-SC), Roberto Rollemberg (PMDB-SP) e Nelson Jobim (PMDB-RS).

Governadores querem que mandato seja votado já

BELO HORIZONTE — Os governadores de Minas, Newton Cardoso, do Rio de Janeiro, Moreira Franco, e de São Paulo, Orestes Quêrcia, concordaram, no encontro que tiveram na fazenda de Newton, antontem, no município de Pitangui (MG), que os trabalhos da Constituinte devem ser acelerados, com a inversão da pauta de votação do texto constitucional, para que sejam votados primeiro a duração do mandato do presidente Sarney e o sistema de governo.

Não há acordo entre os três governadores, porém, quanto à duração do mandato. Enquanto Moreira Franco permaneceu firme em defesa das eleições diretas este ano (mandato de quatro anos), Newton Cardoso manteve sua pregação pelos cinco anos. Quêrcia concorda com a tese defendida por Newton, mas não trabalha por ela.

Outro assunto discutido no encontro na fazenda Rio Rancho, que durou cerca de seis horas, foi a necessidade de o PMDB recuperar a sua unidade. Pessoalmente, embora acredite ser possível vencer as divergências internas existentes no

partido, o governador de Minas, segundo fonte do Palácio da Liberdade, considera que por ser o PMDB uma frente ampla, as arestas que hoje deixa à mostra devem se apurar naturalmente, com a saída de políticos pertencentes às alas "de extrema esquerda e extrema direita".

Newton Cardoso, que acredita ter conseguido que Moreira e Quêrcia participem da reunião de governadores do PMDB que pretende realizar em Minas no final do mês, firmou com ambos o compromisso de não dar entrevistas sobre a conversa que tiveram antontem. Ele não decidiu ainda se marca o encontro em Belo Horizonte, no dia 28, ou no dia 29, em Montes Claros, para onde está marcada a próxima reunião da Sudene.

Constituintes — Newton Cardoso receberá hoje pela manhã, no Palácio da Liberdade, os constituintes do PMDB de Minas, aos quais pedirá empenho para que apressem os trabalhos de votação do texto constitucional e defenderá o mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

Fiúza teme divisão do 'Centrão'

RECIFE — O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) disse que "o *Centrão* não deveria se envolver com o mandato do presidente José Sarney porque, mesmo com uma quase maioria assegurando os cinco anos, os defensores dos quatro anos podem anular essa vantagem, necessária para o grupo aprovar suas propostas". Na opinião de Fiúza, um dos principais articuladores do *Centrão*, a questão do mandato funciona como elemento desagregador, pois é "uma opção pessoal".

Precedente — "O objetivo do *Centrão* foi discutido nas primeiras reuniões, das quais participei, e ele foi formado para decidir sobre outras questões. Agora eu temo que essa decisão se envolva com o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, e o do governo, Carlos Sant'Anna, deveria, segundo ele, trabalhar pelos cinco anos individualmente. "mas não enquanto representantes do *Centrão*". "Eu não transgredir o nosso acordo inicial, e não estou usando a influência do grupo para defender os cinco anos".

O deputado explica que é ardoroso defensor dos cinco anos para evitar abrir um precedente perigoso, o de serem retirados dois anos do mandato do presidente, "o que configuraria um golpe civil". Cinco anos, para Fiúza, é o melhor. "Se vamos dar quatro anos para o presidente, por ele estar com uma má performance, isso poderia no futuro servir para tirar qualquer outro presidente em qualquer crise". Na opinião do deputado,

tado, a culpa no entanto não é de Sarney, que não está podendo governar como deveria.

— Ele não teve condições de compor o governo a seu gosto, tendo o dr. Ulysses interferido nas nomeações dos ministros. Por isso, seu desempenho é sofrível. Além disso, o grande erro do presidente foi ter dado ouvidos aos autores do Plano Cruzado, na verdade um estelionato político que qualquer um com base acadêmica sabia que não daria certo com aqueles aumentos dos salários e o reacendimento da demanda.

Em Brasília, o deputado Ulysses Guimarães disse que todos os parlamentares serão obrigados a assumir publicamente os seus votos durante a apreciação da emenda que dá cinco anos de mandato ao presidente José Sarney, pois não há como modificar a forma de votação. Segundo Ulysses, a diferença de resultados quanto à duração do mandato entre a pesquisa do JORNAL DO BRASIL — com voto secreto — e as assinaturas apresentadas pela emenda Mathues Iensen só poderá ser verificada no plenário.

— O plenário não é apenas homologador de decisões. Pelo contrário: o plenário é soberano, ele decide. Como a votação é a descoberto, todos vão ter que assumir os seus votos. A nação vai conhecer as manifestações de cada um — salientou Ulysses. Empenhado na agilização dos trabalhos da Constituinte, ele reuniu ontem, para comer um cozido em sua casa, parlamentares de todos os partidos,

Arraes acha que adiamento de diretas ameaça instituições

Terezinha Nunes

RECIFE — Se a Constituinte contrariar a maioria da população que tem se manifestado pelas diretas para presidente este ano em todas as pesquisas "ninguém poderá garantir a preservação das instituições nacionais". A advertência é do normalmente comedido governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Convicto de que o país ainda comporta a eleição de um presidente que represente uma conciliação entre a esquerda e a direita, Arraes acha que os cinco anos de mandato podem significar "uma polarização dentro do país, levando a classe média a, destrambelhada, aprofundar o descrédito na classe política e sair em busca de um salvador".

Como deputado, o atual governador era apontado como líder da esquerda do PMDB. Hoje ele discorda dos *históricos* que desejam abandonar a legenda, argumentando que, embora respeite os que querem ver suas teses avançarem na sociedade, "é preciso compreender que a realidade muitas vezes não corresponde à ansiedade". Próximo dos militares desde

que os ouviu sobre a composição da área de segurança do seu governo, Arraes discorda do general Leônidas Pires Gonçalves, que defende eleições gerais em 1988. Afirma que a abertura tem regras que pressupõem o respeito ao mandato dos que foram eleitos em 1986 e adverte que fugir a isso significa romper o acordo do processo de transição.

— Mais um ano de mandato para o presidente pode significar uma polarização dentro do país, afirmou o governador. "É preciso resguardar a estrutura política e quem garante isso se as eleições diretas não vierem? A situação salarial é grave. Não há onde morar e os problemas se acumulam. Esse quadro se agrava sob o pretexto de que o presidente deseja espremeida, comprimida, sem o sonho da casa própria, pode desesperar. E, desestabada, pode sair à procura de um salvador como já fez em outros países. A solução sensata, portanto, seria procurar uma saída com eleições que levantariam a moral do povo. Só assim será possível conservar as práticas democráticas que estão aí".

Conciliação — Brizola ou Lula, são estes os nomes que vêm à mente dos que entendem que o povo brasileiro se cansou do PFL e do PMDB. Arraes acha que o povo brasileiro hoje ainda não está disposto a polarizar a política. A não ser que o mandato de cinco anos para o presidente Sarney gere, como prevê, o desespero da classe média, o governador entende que ainda é tempo de se eleger um presidente de conciliação nacional.

— Para mim este nome deve sair do PMDB. O povo está descrente dos políticos porque não entende a falta de unidade para resolver seus verdadeiros problemas. A eleição de Tancredo foi uma tentativa de solução que infelizmente não se concretizou. O presidente Sarney não conseguiu levar essa bandeira adiante e perdeu as condições políticas para ficar mais tempo no cargo.

Se Sarney estivesse bem, segundo Arraes nem se estaria falando em quatro, cinco ou seis anos. Ele afirma que, garantidos os avanços institucionais com a promulgação da Constituinte e a eleição do presidente, o próximo candidato a presidente da República pode levantar como bandeira a solução dos problemas econômicos e sociais do país via conciliação — "Ou nos entendemos internamente, ou não há como resolver nosso problema mais grave que, na minha opinião, é o da dívida externa". Ele entende, porém, que a discussão em torno de nomes e do programa do candidato só deve ser feita após o fim dos trabalhos da Constituinte: "Até lá devemos nos mobilizar para garantir as conquistas possíveis na nova Carta".

Como acredita que o povo quer a conciliação, Arraes acha que o PMDB deve permanecer unido com todas as suas correntes: "Somos uma frente social que não deve se quebrar nesse momento sob pena de ir contra a vontade popular".

Arraes acha que vai ser cada vez mais difícil o PMDB apoiar o governo Sarney — "Eu mesmo disse que a política econômica estava errada desde que o Bresser entrou e tinha razão" —, mas assegura que um rompimento puro e simples não teria sentido: "Podemos discordar de uma coisa ou outra, está cada vez mais difícil apoiar, mas simplesmente romper por romper não teria sentido". Para ele, a transição só termina "quando o povo retomar o processo político". Por isso acha que ela vai além da simples eleição para presidente: — "A partir da redemocratização de 1945, o povo passou a participar do processo político nacional e isso foi interrompido em 1964".

Recife — Fátima Batista



Arraes: a classe média pode desejar um salvador

Maria Luíza procura um nome que possa unir PT

FORTALEZA — A prefeita Maria Luíza Fontenele já se preocupa com a escolha do candidato do PT à prefeitura de Fortaleza, em novembro. A dificuldade será escolher um nome que una as diferentes facções do partido; neste momento, o do secretário municipal de Finanças, Dalton Rosado, é o que parece reunir as preferências de Maria Luíza e de seus assessores.

Os petistas têm pressa em definir seu candidato, porque o PFL ganha terreno com a candidatura, ainda não oficialmente lançada, do constituinte e ex-prefeito Lúcio Alcântara. Alcântara, contudo, único nome que o PFL tem para eleição de governador, em 1990, teme se inviabilizar com um novo insucesso: em 84, foi derrotado por Maria Luíza.

Na eleição de 1984, Maria Luíza Fontenele teve pouco mais de 30% da votação; o candidato do PMDB, Paes de Andrade, teve quase a mesma percentagem, enquanto o do PFL, Lúcio Alcântara, encostou no pemedebista.

Os líderes do PMDB e do PFL estão certos de que o PT não alcançará agora a mesma percentagem de votos de 84, porque a classe média, que apoiou Maria Luíza, não estaria disposta a manter o apoio. Mas a prefeita afirma que, "agora, mais do que nunca, o povo de Fortaleza sabe que não há mais corrupção na Prefeitura, que acabou o emprego, o clientelismo, e que hoje é o povo que governa; e vai ser esse povo que elegerá de novo um candidato do PT".

Ela não diz, mas admite que o candidato de sua preferência é Dalton Rosado, que, como gosta de dizer, acabou de "desvirar o trem da Prefeitura", numa clara referência à situação de equilíbrio financeiro alcançada pela administração do PT.

A vantagem do partido da Frente Liberal, junto à opinião pública, tem uma

Caetano veste em Salvador a camisa de Gil

SALVADOR — Há vários meses sem dar entrevistas, Caetano Veloso aproveitou a temporada do seu show *Caetano* encerrada ontem no Teatro Castro Alves, para, sem palavras, declarar a sua adesão à candidatura do presidente da Fundação Gregório de Mattos, Gilberto Gil, à Prefeitura de Salvador. No final de cada apresentação, ele vestia a camiseta com a inscrição *Eu quero Gil*, lançada na última quinta-feira durante a Lavagem do Bonfim.

Durante o cortejo da Lavagem do Bonfim, entre a igreja da Conceição da Praia e a colina sagrada, Gilberto Gil recebeu muitas manifestações de apoio à sua candidatura. Ele já conversou sobre o assunto com o governador Waldir Pires e com o ex-ministro Roberto Santos, e já tem até marcada para o começo de fevereiro a sua desincumbibilização do cargo de presidente da Fundação Gregório de Mattos — que equivale a Secretaria Municipal de Cultura — para poder disputar as eleições de novembro.

Com o apoio público de Caetano, Gilberto Gil deve anunciar nos próximos meses a que partido vai se filiar.

Waldir preserva aliança com setor da Igreja

SALVADOR — Às vésperas de completar seu primeiro aniversário, o governo Waldir Pires ainda consegue manter a aliança feita na campanha eleitoral com a Igreja progressista e as entidades que trabalham no campo, mas o emperramento da máquina governamental e os grupos conservadores que também integram o governo baiano têm tornado esta relação cada dia mais ambivalente, difícil e conflituosa.

O bispo de Juazeiro, D. José Rodrigues, acompanha há vários dias uma greve de fome que padres, freiras e líderes leigos decidiram fazer para cobrar medidas efetivas dos governos federal e estadual no atendimento aos flagelados da seca. Publicamente solidário ao movimento, o bispo é duro na condenação ao governo Sarney, mas compreensivo em relação ao de Pires:

— Tenho a impressão de que dentro do próprio governo estadual existem pessoas interessadas em fazer fracassar a democracia para poder continuar usufruindo dos privilégios. Na diocese, por exemplo, o grupo oligárquico dos Vianas (do senador Luís Viana Filho) procura usar sua influência para controlar, como antigamente, os sindicatos rurais. Mas em relação ao governador, a gente sente que ele quer fazer mudanças.

O presidente da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais, Paulo Rosa Torres, tem a mesma impressão que o bispo. Ele garante que mudaram, para melhor, as relações entre os dirigentes de entidades que atuam no campo com os principais órgãos do governo estadual ligados à terra, mas assinala que, apesar disso, a violência nas disputas de terras não diminuiu em relação, por exemplo, aos dois últimos anos do governo anterior, de João Durval. Em 85, 12 posseiros foram assassinados, e 16 em 86. Em 87, as mortes chegaram a 13.

Correção — A tabela publicada ontem com o resultado da pesquisa feita por voto secreto pelo JORNAL DO BRASIL com 361 constituintes omitiu, na parte sobre

Sistema de Governo	
Presidencialismo	173
Parlamentarismo	156
Presidencialismo mitigado	28
Monarquia (nulo)	1
Em branco	3
Total	361

PMDB de Pernambuco adverte

A executiva do PMDB de Pernambuco advertiu os deputados Luís Freire, José Carlos Vasconcelos e Nilson Gibson, signatários da emenda dos cinco anos, que o partido é a favor da redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos. Segundo o vereador Liberato Costa Júnior, membro da Executiva, a advertência é a única punição que pode ser aplicada aos três parlamentares.

Em Olinda, reduto eleitoral dos deputados Luís Freire e José Carlos Vasconcelos, o prefeito José Arnaldo Amaral disse que quer pedir explicações dos dois sobre o apoio aos cinco anos. Revelou que pelo menos Luís Freire garantiria que era a favor do mandato de quatro anos.

José Arnaldo pretende alertar os dois parlamentares para a reação do eleitorado à posição que assumiram. "Luís Freire tem pretensões de ser candidato a prefe-

o sistema de governo, o dado que mostrava a preferência pelo presidencialismo. Abaixo, os resultados completos relativos a esse item:

to de Olinda. Mas terá que votar pelos quatro anos, porque do contrário não terei condições de defendê-lo junto às bases", afirmou.

O secretário da Casa Civil, deputado Marcus Cunha, que é primeiro-secretário da Executiva regional do PMDB, refletiu a posição do governador Miguel Arraes, para quem a unidade do partido deve ficar acima de divergências sobre o tempo de permanência do presidente Sarney no poder. "O mandato não é um princípio partidário. Assim, qualquer constituinte pode votar como quiser", comentou.

Embora reconheça que a maioria da frente que elegeu Arraes governador, em 1986, é favorável ao mandato de quatro anos, Marcus Cunha insistiu que os três deputados do PMDB pernambucano que assinaram a emenda dos cinco anos não cometeram falta grave. "A conduta deles não vai implicar repúdio do partido", declarou.